

## Editorial



Osvaldo Cabral  
osvaldo.cabral@diariodosacores.pt

# A lentidão da administração regional

Quase a completar mil dias de governo, a coligação apresentou, finalmente, a nova geração de políticas de apoio ao tecido empresarial da Região para os próximos sete anos.

São 360 milhões de investimento, menos do que foi disponibilizado no último sistema de incentivos, que a dividir por sete anos dá pouco mais de 50 milhões por ano, o que parece pouco.

A inovação está na sua redistribuição, contemplando novas gerações de investidores, nomeadamente jovens empreendedores, o que é de louvar, para além de majorar apoios a concelhos mais pobres, como Nordeste, Vila Franca e Povoação.

Noutra vertente, uma auditoria do Tribunal de Contas revela que apenas 64% das metas do PRR do ano passado foram cumpridas, o que não é nada bom.

Também a Secretaria dos Assuntos Culturais acaba de anunciar (ainda para consulta pública durante 30 dias) a nova proposta do Regime Jurídico de Apoio às Actividades Culturais, ao mesmo tempo que confirma o início do pagamento aos agentes culturais para este ano, quando já vamos a mais de metade do ano! A Cultura é sempre o parente pobre dos governos.

Do mesmo se queixam os empresários com uma enorme lista de pagamentos em atraso, de candidaturas a programas de apoio por aprovar há vários meses e atrasos na implementação de outros programas com fundos comunitários.

No mesmo sentido vão as preocupações dos agricultores, tendo a Federação Agrícola alertado para o risco de, pela primeira vez, termos de devolver fundos comunitários por falta de execução, o que é inconcebível numa região pobre como a nossa.

Tudo isto é revelador de um padrão que há muitos anos venho martelando aqui, como Santo António a pregar aos peixinhos: criamos uma monstruosa administração regional que se tornou numa autêntica galáxia burocrática, de que falava em tempos Jaime Gama, impedindo o funcionamento eficiente e rápido da nossa Autonomia Política e Administrativa.

É o nosso grande falhanço nesta caminhada de meio século de Autonomia.

Na ânsia de querermos sermos autónomos em tudo, de querermos resolver tudo pelos nossos próprios meios, criamos um monstro sem domínio, aliado à cegueira dos políticos que enxameiam a administração pública com a sua vasta clientela partidária.

Não se vislumbra qualquer retorno, porque não há coragem política para isso, como agora se viu com a prometida reestruturação da SATA, que não foi reestruturação nenhuma, continuando, incompreensivelmente, com os enormes prejuízos para todos pagarmos, apesar dos anunciados recordes de receitas e passageiros, levando-nos a pensar que, quanto mais voa, mais prejuízo dá.

O que estamos a viver no presente é a consequência daquilo que criamos ao longo destas décadas, montando uma teia de interesses e de burocracias que não faz andar a máquina emperrada da nossa administração, quando o que precisávamos era, exactamente, de uma grande reforma em todo o sistema da administração regional, que a tornasse mais leve, mais eficiente a pensar, mais rápida a decidir e mais rigorosa a executar.

O que temos é o que vamos, agora, assistindo: toda a gente a queixar-se da lentidão nas decisões, atrasos em tudo o que é acção

pública e pouco rigor nas contas públicas.

Não foi isto que esta coligação prometeu.

A menos de um ano e meio para terminar a legislatura, já não vamos a tempo de mudar o que era preciso mudar.

Muito menos com protagonistas já profundamente engolidos pelo sistema burocrático que nos devora a todos.

Se a próxima legislatura continuar neste ritmo - devagarinho e parados - então podemos mesmo dizer adeus à execução de todos os fundos comunitários ao nosso dispor, adeus aos investimentos privados, que até são ínfimos, e adeus a todos os sistemas de incentivos, cuja burocracia de candidaturas é do tamanho da nossa gigantesca administração regional.

Em suma, adeus ao desenvolvimento e adeus aos Açores livres e autónomos, porque teremos que bater à porta de alguém a pedir que nos salvem.

Já faltou mais.

## S. Miguel acordou?

Quando escrevemos aqui, há duas semanas, que S. Miguel estava a ficar para trás no comboio do desenvolvimento, sabíamos do descontentamento que grassa na massa crítica desta ilha, desde autarcas, políticos com responsabilidade de ilha, instituições sociais, empresas e na própria opinião pública.

Basta entrar num café ou numa roda de amigos para se ficar a saber o elevado descontentamento com a falta de investimento público em S. Miguel, em vários sectores da nossa economia.

Os Presidentes das Câmaras desta ilha resolveram ir ao Palácio de Sant'Ana dar o murro na mesa.

É de gabar a coragem de todos eles, especialmente os da cor política da coligação.

Agora falta ouvir a voz da renovada direcção do Conselho de Ilha.

## A pujança do Pico

No meio de muito desalento que anda por aí, dá gosto ver a pujança da economia da ilha do Pico, assente em vectores essenciais como a vitivinicultura, o turismo e as pescas, apesar das dificuldades da tal administração burocrática, que gosta de complicar a vida das pessoas.

Já se fala que este ano a produção vitícola poderá aumentar para números nunca vistos, graças ao bom ano agrícola, mas sobretudo à persistência das pessoas, ao investimento doméstico e trabalhoso nesta área, e à forte aposta, sem desânimos, na capacidade da mão de obra picoense, mesmo escassa.

Os vinhos do Pico, tal como a ilha inteira, estão na moda e não é por acaso que 22 produtores de todo o país vão reunir-se na VI edição da Feira do Vinho da Ilha do Pico, que decorre de 21 a 23 de julho, proporcionando mais um evento público de gabarito nacional.

Só falta agora o tão aguardado investimento público no sector da Saúde e nas acessibilidades aéreas, agravadas pelo estrangulamento que a SATA está a fazer nos voos deste Verão para aquela ilha.

O resto, os picoenses sabem fazer.